

O VOCABULÁRIO CULTO EM *O FEITIÇO DA ILHA DO PAVÃO*, DE JOÃO UBALDO RIBEIRO

Denise Salim Santos
(UERJ /FACHA)

RESUMO

Este artigo estuda o emprego do vocabulário culto presente no romance *O feitiço da ilha do Pavão* (1997), de João Ubaldo Ribeiro como recurso estilístico, privilegiando substantivos, adjetivos e verbos na construção do discurso das diversas vozes das personagens e do narrador, procurando ressaltar em especial aqueles termos que podem representar a tradição da língua por meio do repertório selecionado pelo escritor. PALAVRAS-CHAVE: Língua portuguesa; léxico; seleção vocabular; estilo; discurso

Balduino lhe dissera que de fato as palavras são de grandíssima importância, havendo homens que obram qualquer graça com elas a seu bel talante. Mas, por mais importantes, no fundo não passam de vento mastigado e, por conseguinte, não podem com a força das plantas e das qualidades dos bichos, que são a própria Natureza e ninguém vence a Natureza (FIP, p 31).

A epígrafe que introduz este artigo reflete o pensamento de uma das personagens do romance *O feitiço da ilha do pavão* (1997), o jabarandaia Tantanhengá. Para ele, ambas são importantes, mas apenas uma é verdadeira: a natureza com a força de suas plantas e bichos e

seus mistérios. A outra, a palavra, forja verdades ou mentiras “ao bel talante” de seu enunciador.

O que pretendemos apresentar aqui é um estudo do vocabulário empregado por João Ubaldo Ribeiro em *O feitiço da ilha do Pavão* (1997), a partir do levantamento de itens lexicais, em especial substantivos, adjetivos e verbos que constroem o discurso das personagens presentes na narrativa, apoiando-nos nas noções de variabilidade linguística, de discursividade e, subliminarmente, no compromisso do escritor com a busca da identidade nacional por meio do uso da língua portuguesa.

A história das palavras nos permite refletir sobre a história das sociedades em geral, pois os movimentos da linguagem podem revelar ou apagar fases do desenvolvimento, progresso e evolução social; os medos e desejos; os preconceitos e conhecimentos do homem em uma determinada época, em um momento historicamente desenhado. Assim, pelas palavras, é possível chegar-se a grandes sucessos ou violências institucionalizadas que marcam uma sociedade quando, por exemplo, cerceam-nas, às vezes de forma sutil, mas permanente e dolorosa, para que sejam preservadas certas hierarquias. A falta da palavra ou do termo adequado ao que se pretende dizer é antes um problema para qualquer indivíduo, não só de um escritor ou de nosso escritor.

O feitiço da ilha do Pavão firma-se como uma reavaliação da herança cultural e histórica da formação de um povo sob um olhar diferenciado, captador da mobilidade dos grupos sociais sob a influência de um poder que troca de mãos pela engenhosidade do escritor. A todo tempo a relação dominado x dominador fica exposta.

Três etnias alinham-se na formação da nacionalidade brasileira, e o confronto elite x povo será constante em toda a narrativa. O índio, embora não mais escravizado, não tem reconhecida sua cultura, seus hábitos seculares e sofre ainda com a perseguição da Coroa e da Igreja, ambas defensoras da moral e dos bons costumes à custa de benesses que os cargos públicos, as fortunas pessoais, e os títulos que enobrecem as famílias da elite “assivissojoemapaense” lhes fornecem. O enfoque das relações entre dominador e dominado contrasta em parte com a visão do antropólogo Gilberto Freyre (1987) quando afirma em *Casa-grande & senzala* que o convívio estabelecido propiciou a absorção de traços culturais de parte a parte. Como diz Zilá Bernd (2004, p.90), “o estatuto de negros e índios sempre foi inferior ao do colonizador branco. Sua

cultura foi desconsiderada pelas elites entre as quais estavam os jesuítas, cuja visão predominantemente etnocêntrica determinou, desde logo, uma postura fóbica em relação aos autóctones.” Esta visão antropológica não é esquecida por Ubaldo que, pela voz de seus personagens, faz aflorar questões até hoje não tão bem definidas, não bem “digeridas” pelos brasileiros.

Representando a etnia autóctone de Pindorama quando a frota de Cabral chegou, temos Tantanhengá ou Balduíno da Anunciação, índio conhecedor do bom e do mau caráter da sociedade local e dos poderes da natureza, na qual, como herdeiro direto, busca a solução para enfrentar as necessidades que surjam. É um líder naturalmente aceito por sua comunidade, ardiloso, matreiro, muito respeitado entre sua gente.

Os negros, escravos ou libertos, diferentemente do grupo indígena, têm vários representantes numa alusão aos papéis e funções que desempenharam nas relações com o dominador, bem como às múltiplas nações de África, de onde vieram como escravos. A negra Crescência, jovem e bonita congolense alforriada, cujos encantos enlouqueciam Iô Pepeu, prepara-se para ser a guardiã dos segredos da ilha. A negra Sansona, também livre, “apesar de entrada em anos, parecia bem menos velha do que era, a cara lisa, a peitarrama pesada mas dura” (FIP, p.207) trabalha no Sossego Manso, cuidando de Capitão Cavalo e de Iô Pepeu. Foi Sansona quem ajudou a criar o filho do Capitão, assim como quem o iniciou na vida sexual. Também aparecem as “boas negras” Vitória, Naná, Das Dores, Pureza, Eulâmpia, “mulheres com quem qualquer se gabaria de haver deitado e delas ter recebido chamego e dengo, mas fiéis não eram” (FIP, p. 28). Outro representante da etnia negra é o rei Afonso Jorge II, congolense, cuja autoridade fazia-o conhecido como o mani banto do quilombo da ilha, para quem, paradoxalmente, “enquanto o mundo for mundo haverá cativos, pois sempre existirão os que nasceram para isso e os que nasceram para mandar, esta é a voz dos verdadeiros filósofos e a voz da verdadeira vida” (FIP, p.126).

A etnia branca está representada por figuras eminentes da ilha, divididas em dois grupos, também pelos papéis sociais que lhes são atribuídos na narrativa. De um lado, representando a elite e o poder da Coroa, veem-se o mestre-escola e farmacêutico Joaquim Moniz Andrade, um homem das letras, e o mestre-de-campo José Estevão Borges Lustosa – o Lobo de São João – “implacável na peleja e magnânimo na vitória” (FIP, p.59). Há, ainda, o intendente Felipe Mendes de Melo Furtado. A

igreja alinha-se a este núcleo nas figuras de monsenhor Gabriel Lustosa, irmão do mestre-de-campo, padre Tertuliano Jesus da Mota, Padre Pascoal Amora, secretário do monsenhor Gabriel, o seminarista João Manuel Taborda e o escrivão Terêncio Góes, que assessora as autoridades eclesiais.

Do outro lado, posicionam-se Dão Baltazar Nuno Feitosa, o Capitão Cavallo, aventureiro português que chegou à ilha assim que a recebeu como dação do rei de Portugal a pedido do próprio Capitão, depois de muitas proezas pelo mundo. A alcunha foi-lhe dada “pela sua resistência e força legendárias, pelas muitas ferezas que cometeu e pela determinação invencível” (FIP, p.145). Já Pedro Feitosa Cavallo, filho de Capitão Cavallo, conhecido como Iô Pepeu, “fazia praticamente nada, além de andar com as mulheres, caçar, pescar e folgar” (FIP, p.151), pois o pai o provia de recursos que lhe garantiam não precisar trabalhar. Na furna da Degredada vive D’Ana Carocha, a Degredada, espécie de curandeira da ilha, “que tanto serviço prestara aos que a buscavam e com ela aprendiam ou se beneficiavam (FIP, p.289) com sua feitiçaria, suas adivinhações por cristais, espelhos e cartas de tocar, de conluios com os demônios” (FIP, p.189). E ainda Hans Flussufer, que empreendera fuga de sua terra natal, Schweinfurt, na Alemanha, durante oito anos, devido a severíssima perseguição religiosa, vindo dar à praia de Beira Alta, onde foi “recebido na aldeia índia com naturalidade e aprendeu rapidamente a língua” (FIP, p.53).

A heterogeneidade não só étnica, mas também social e cultural é marcada nos enunciados concretizadores dos atos de fala de cada uma dessas personagens, assim como traços da cultura, a visão de mundo, o lugar de onde falam e, conseqüentemente, a ideologia que permeia seus discursos.

Fazendo um recorte do *corpus* analisado, vamos nos deter nos meandros vocabulares das eminências da ilha.

O domínio de uma língua culta pelo mestre-escola da Assinalada Vila de São João Esmoler do Mar do Pavão, Joaquim Moniz Andrade, cujo engenho gramatical criou o adjetivo pátrio “assivissojoemapaense” para designar os nascidos na vila, enquadra-o na elite cultural da vila. O seu talento com as palavras faz com que seja requisitado pelo intendente, toda vez que é necessário elaborar os textos oficiais, as posturas da administração pública, que são firmados por uma das incontáveis plumas de pato com que [o intendente] “Dão Felipe Mendes Furtado ia às turras com a grafia e a sintaxe, para depois, amaldiçoando

o cálamo rebelde, desejar a morte súbita de todos os palmípedes do universo e a consequente extinção da laia dos escrevedores e gramáticos” (FIP, p.40). O narrador nos apresenta um desses textos oficiais:

Nessas duas páginas, em meticolosa caligrafia processual, faziam-se primeiramente assisados considerandos, a saber, entre outros: que era da natureza das diversas raças e povos díspares opugnarem-se entre si, se submetidos a excessiva convivência, como sobejamente ilustrava a História, estando o índio para o branco, assim como o hitita para o egípcio, ou este para o hebreu, ou os romanos para os filhos de Dido; que os da raça vermelha, em todas as partes do mundo, por mais que forcejassem a caridade e o empenho catequético dos brancos, mostravam-se invariavelmente infensos ao mais elementar ensinamento, quer da cristandade, quer da urbanidade, embriagando-se em público, trafegando sem roupa ou qualquer espécie de cobertura, bebendo a fumaça do cânhamo-da-índia ou do tabaco, soltando nos ares vapores ofensivos pelo vaso traseiro, dando-se a algazarras a toda e qualquer hora, refugando trabalho honesto e ignorando a autoridade; que cabia à Intendência da Câmara o zelo da ordem pública, da moralidade e dos bons costumes, múnus em cujo fiel e indemovível exercício penhorariam honra e vida; que a própria palavra “selvagem”, ordinária do mais patricio e castiço latim e digna de pena de um Cícero ou de um Tito Lívio, queria dizer ‘próprio da selva’, construindo-se a partir desse alicerce um perfeito silogismo, nos puros moldes do insigne mestre de Estagira: selvagens são os habitantes da selva; os índios são selvagens; *ergo*, o sítio próprio para os índios é a selva, não havendo como refutar tão exata razão sem que a lógica do universo se derribe (FIP, p.40-1).

Os “lavores de erudição” de Moniz Andrade se concretizam quando ele traz ao texto a perífrase “mestre de Estagira” para referir-se a Aristóteles, ou faz alusão a Dido, personagem da *Eneida*, de Virgílio. O conhecimento histórico traz ao texto as guerras infundáveis empreendidas por hititas e egípcios, egípcios e hebreus, romanos e cartagineses em analogia à incompatibilidade que existia permanentemente na ilha entre brancos e índios. É bem verdade que nesses embates, os “brancos” eram certas pessoas da elite e algumas religiosas da vila apenas, como desabafa índio Balduino: “Toda gente gosta de índio! Assomente é Dão Filipe que não gosta! Assomente Dão Filipe e as beata beguina! Assomente Dão Filipe e as beatas beguina e os miserave! (FIP, p.41)

Pelo emprego da conjunção *ergo*, pressupõe-se ter o mestre al-

gum domínio do latim, nobre e pura língua dos grandes oradores romanos lembrados no texto pelos antropônimos Cícero e Tito Lívio. O conhecimento da retórica grega apresenta-se pela construção silogística em torno da palavra “selvagem” como argumento lógico e inquestionável para justificar o retorno do índio ao seu lugar natural.

A formalidade exigida por textos dessa natureza é cumprida à risca pelo mestre-escola, principalmente quanto ao vocabulário empregado, mas não pelo narrador, que simplifica a redação oficial ao empregar “considerandos” em lugar de “considerando”. A conversão do verbo em substantivo reduz ironicamente a formalidade do termo que deveria ser empregado diante de “cada uma das reflexões, observações, razões ou motivos que se enumeram em parágrafos, como introdução ou prólogo a um documento (leis, decretos, sentenças, conclusões, propostas etc)” de acordo com a definição apresentada no Dicionário Houaiss (DH), embora siga respeitando a sintaxe subordinativa própria da fôrma peculiar desse gênero textual.

Se brancos e índios estão em constante luta, motivos hão de existir e, para marcar a integridade moral de uns e o destempero social de outros que geram o conflito, serve-se o gramático ilhéu de expressões que desenham o comportamento de cada grupo, segundo o lugar de onde a personagem produz o discurso.

O objetivo dos argumentos é embasar a justíssima ordem de expulsão dos índios. O nível vocabular se mantém culto quer na referência às impropriedades do comportamento dos “selvagens”, quer nas ações pedagógicas aplicadas pela administração pública para recuperá-los. Mesmo que as atitudes dos selvagens sejam perniciosas à sociedade local, as palavras e expressões que as referenciam pertencem ao vocabulário polido. Assim, os índios não lutam entre si, mas opugnam-se; não andam nus, trafegam sem roupa. Não peidam, mas soltam vapores; não são preguiçosos ou displicentes, mas refugam trabalho honesto.

Chama a atenção o emprego incomum do verbo “beber” em lugar de “fumar”. Das acepções apontadas na entrada lexical “beber” em “bebendo a fumaça do cânhamo-da-índia”, “sorver” é a que mais se compatibiliza semanticamente, uma vez que a primeira acepção dicionarizada no DH é “beber aspirando”. No *Novo Aurélio. Século XXI* (1999), encontramos o emprego literário do verbo “beber” com o mesmo sentido daquele explorado por João Ubaldo na abonação “Vai beber o pleno ar”..., um dos versos do poema de Manuel Bandeira *Voz de fora*.

Os adjetivos empregados têm seu valor literário: “assisados”, “infensos”, “indemovíveis”, “insigne”, “patrício”, “castiço”, estando todos antepostos aos substantivos, o que lhes acrescenta um traço afetivo conotado pela subjetividade na escolha da organização dos termos no sintagma.

As demais formas adjetivas, cujo emprego apenas qualifica o substantivo, são pospostas, obedecendo à ordem mais frequente de uso no cotidiano da língua. Ainda assim, porém, são selecionados de acordo com o vocabulário culto: “dísparos”, “ofensivos”, “imunda”, “catequéticos”.

Martins (2000, p.79) afirma que os substantivos abstratos têm a propriedade de “destacar o sentimento, a qualidade o estado com mais realce”. No trecho em análise estão presentes os nomes abstratos “ensinamento”, “cristandade”, “urbanidade”, “moralidade”, todos referentes aos princípios éticos, morais e religiosos que orientavam a manutenção da ordem pública da vila, em contraste com os nomes concretos que circunscrevem o comportamento profano dos índios tais como “algazarra”, “vapores”, “fumaça de cânhamo-da-índia”, “tabaco”. Na enumeração da gama de malfeitores, o hiperônimo “celerados” se desdobra em hipônimos que constituem a grei imunda: “desordeiros”, “vagabundos”, “salteadores”.

Além das palavras que apresentamos aqui como itens vocabulares frequentes no discurso culto, destacamos o substantivo “felonia” na passagem “pela segunda vez, cometendo a mesma felonia, penaria todos os rigores da lei cabíveis a desordeiros, vagabundos, salteadores e demais celerados que sobejavam em sua grei imunda” (FIP, p.41) que, de todos aqueles já referidos, foi o único a receber em DH a rubrica “uso formal”. A palavra “múnus”, cujo significado é “*tarefa, dever obrigatório de um indivíduo; encargo, obrigação*”, pareceu-nos uma escolha especial do escritor para valorizar ainda mais o empenho no cumprimento do dever junto à sociedade sob a proteção da coroa portuguesa ali representada por Dão Felipe de Melo Furtado. O *Dicionário Aurélio*(NA) apresenta como abonação o emprego literário dessa palavra em *D. Frei Bartolomeu*,(s/d) de Aquilino Ferreira. O termo também está registrado no *Dicionário de Usos*, de Francisco Borba (BORBA, 2004).

O texto redigido atendeu aos objetivos de quem o solicitou e de quem redigiu, pois tem-se ali, ao desfazer a estrutura do discurso indireto, uma postura municipal dentro dos padrões formais, em vo-

cabulário culto e técnico, exigidos pelo gênero textual, e permite ao mestre-escola exercitar sua competência gramatical e sua erudição. Sem dúvida, porém, criou problemas, de maneira direta ou indireta, para outros interessados no assunto no que diz respeito à leitura e à compreensão do documento. Em alusão à natureza truncada dos textos presentes em leis, portarias, contratos que enganam o cidadão pela dificuldade que tem de ler e entender o que ali está disposto, o espírito crítico do escritor se revela pela voz do narrador no trecho a seguir:

“_ Tudo mentira! _ gritou Balbuíno, apesar de não haver entendido quase nada do que Iô Pepeu, com alguma dificuldade, lera em voz alta”(FIP, p.41).

No capítulo XVI, a habilidade redatora de Moniz Andrade é requisitada novamente. Desta vez, para a elaboração de um memorial que seria encaminhado a Capitão Cavalão na tentativa de persuadi-lo a “transformar-se numa espécie de governador tirânico, cuja missão principal seria sem dúvida alguma atender aos interesses deles e estender-lhes todo tipo de favor e privilégio” (FIP, p.154), segundo o ponto de vista do narrador. O memorial assim se inicia :

Ai, América Portuguesa, sol do novo mundo, gema celsa da Coroa, torrão de cabedal inexaurível, a que ponto chegaste, nesta sesmaria deslemburada, em que seus princípios e ordenação se envilecem, sua gente se mesticiza e se deprava, sua autoridade não se reconhece, seus camaristas e homens bons se desprestigiam e seu elemento servil se há como Livre? Ter-se-á ao menos lenitivo para tantas aflições, poder-se-á ao menos esperar algum governo em tanto desgoverno, algu'a mão segura a guiar os destinos da Assinalada Vila de São João Esmoler do Mar do Pavão? (FIP, p.141)

Destacam-se nessa passagem as palavras que cumprem sua função poética – “celsa”, “cabedal”, “inexaurível”, “deslemburado” (em lugar de esquecido), “envilecer”, “deprava”, “mesticiza”, “camaristas”, “lenitivo”, “torrão”, “sesmaria”, “elemento servil”. É um discurso pomposo que, pela materialização dos enunciados, denota o domínio culto da língua, mas também acentua intimidade no uso da palavra com fins estéticos.

O esforço compreendido na produção do texto, no entanto, é ironizado pelo narrador quando este descreve o processo de elaboração do documento no mesmo nível de registro do documento oficial, isto é, produz um enunciado marcado pelo excesso de formalidade purista nas expressões em destaque:

Assim indagava, a folhas tantas, o memorial arduamente penejado, em jornadas longuíssimas e noites indormidas, pela mão doutíssima do mestre José Joaquim Moniz de Andrade e submetido a duros debates e emendas, entre os pares reunidos na recém-formada Confederação das Vilas da Ilha do Pavão, com sede provisória na Câmara assisvojoemapaense, memorial esse a ser entregue pela legação que se enviaria a Capitão Cavalo (FIP: p.141-2).

Ao longo do capítulo, o narrador persegue o objetivo de ridicularizar o excessivo esmero linguístico na formulação do documento e, para isso, não poupa o emprego de palavras e expressões no mais puro e culto estilo, eivado de termos eruditos:

Acresciam-se a isso o natural ressentimento das vilas menores em relação a São João e o medo de que sob a cor da restauração da ordem, houvesse pretensões de ampliar a hegemonia joanina já em vigor, por força de sua riqueza e prosperidade” (FIP, p.142).

“Diversos assuntos de magna importância contribuíram também para a demora da tomada das providências” (FIP, p.142).

[...] depois de dois dias de alterações e discursos arreatados chegou-se a uma solução conciliatória, com a escolha do mestre-de-campo Borges Lustosa, comandante das tropas que, em circunstâncias tão adversas, impuseram acaçapante derrota às hordas de selvagens capitaneados pelo ardiloso e carnífice chefe índio Balduino Galo Mau” (FIP, p.143).

“E atabulou-se em quarto lugar sobre o custeio da expedição, das provisões aos jaezes das mulas e burros bem como a presença de presentes protocolares (FIP, p.143).

Quanto à origem, no conjunto de palavras destacadas nos fragmentos anteriores encontram-se dois francesismos, “protocolar” e “horda”. O índio é “cruel, sanguinário”, mas o escritor prefere “carnífice”, menos frequente e mais sugestivo em relação à idéia de canibalismo associada aos selvagens. Curiosa é a origem de “acaçapante”. No Dicionário Houaiss (2001) “acaçapar”, na primeira acepção é “tornar (-se) semelhante a caçapo (‘coelho’); fazer ficar ou ficar em posição corporal semelhante à do caçapo, quando se esconde do caçador. Por extensão de sentido, chega-se a “derrotar ou anular inteiramente; dominar, submeter, subjugar ou diminuir moralmente, fazer perder o valor ou dignidade; humilhar”, sentido em que a palavra está empregada.

Muito produtiva na construção de sentidos de humor no texto é a

passagem em que, mais uma vez, a evocação dos escritores latinos, representantes clássicos da boa literatura, servem como argumento de autoridade. Os antropônimos Cícero, Lucrecio, Tito Lívio e Sêneca impõem-se aos confederados, que não dominam a “língua original”, fonte da mais pura erudição do mestre-escola. Pelo conhecimento acadêmico, correção e propriedade de estilo que impetuosamente defendia, e mais ainda pela ignorância dos demais, Moniz Andrade sobrepõe-se aos pares presentes à reunião e tem seus torneios gramaticais e estilísticos aprovados, como nos mostra o narrador:

E, derradeiramente, ponderou-se à exaustão cada pequeno trecho do memorial, quase sempre diante de objeções impetuosas de seu autor, notadamente quanto à correção e propriedade de estilo, por ele defendidas através de citações de Cícero, Lucrecio, Tito Lívio, Sêneca e outros representantes clássicos da boa prosa, sempre em língua original, a qual, sendo ignorada por quase todos os outros, assegurou a aprovação de praticamente todos os pontos estilísticos sustentados por Moniz Andrade (FIP, p.143-4).

Tanto na postura municipal quanto no memorial, o escritor busca, com o emprego de certos substantivos abstratos, adjetivos em -oso, advérbios em -mente, criar um efeito de sentido hiperbólico que, pelo exagero, critica a intenção de se produzirem textos argumentativos dentro de excessivos rigores da norma culta como forma de opressão, de intimidação. Também o emprego de adjetivos no grau superlativo denota um transbordamento emotivo com dimensões que dão ao texto traços grotescos, caricaturais.

O discurso autoritário, marcado por uma ideologia totalitária, vem disseminado nas propostas que seriam feitas a Capitão Cavallo, marcadamente pelo emprego de palavras cuja força de significação aponta a implementação de um regime político que poria em risco a liberdade do povo da ilha:

I- que o povo, em sua geral ignorância e desinteresse pela coisa pública não podia ficar entregue a seus próprios desígnios desorientados, merecendo, e principalmente, necessitando de condução firme e enérgica;

II- que tal ausência de comando gerava iniquidade e mazelas morais de todos os tipos, arriscando-se a ilha a vir a ser objeto da ira divina pelo esquecimento da Sua verdade e pela prática de atos de origem ilegítima e mesmo diabólica;

III- que o afrouxamento do domínio do elemento servil praticamente o abolia como tal, o que não só era contra a lei e aos costumes da Coroa, como violava a própria vocação da raça escravizada, contrariava a Natureza e subvertia a ordem da sociedade;

IV- que os índios, por sua própria índole e criação selvagens, não podiam ter presença tolerada nas vilas, nas aldeias brancas, em que exerciam influência deletéria sobre a educação do povo e praticavam costumes inaceitáveis pelos civilizados;

V- que, diante de todo o exposto, somente um governo forte e implacável, apoiado pelos cidadãos prestantes, poderia remediar a situação e, para exercer esse poder era convocado Dão Baltazar Nunes Feitosa, Capitão Cavallo, que poderia ser para a Ilha do Pavão, o que os grandes cézares foram para Roma (FIP, p.144).

Mais uma vez a seleção vocabular empresta coerência ao texto. Os adjetivos “firme”, “enérgica”, “forte” e “implacável” permitem inferir a truculência das novas ideias de governo na ilha para garantir a ordem social. Tais práticas se justificavam do ponto de vista do memorial, pois, afinal de contas, existiam “iniquidades” e “mazelas morais” na ilha. E quem as provocava? O “elemento servil” liberto, que “viola”, “contraria” e “subverte”- verbo ameaçador para qualquer regime instituído - e os índios, “selvagens” de índole, de influência “deletéria” para a educação popular. Nessas circunstâncias, o apoio das pessoas que prestam, ou “prestantes”, é fundamental. No DH, o termo “prestantes” tem como acepções “que gosta de ajudar; prestativo, prestador e que é notável por suas obras ou feitos; ilustre, insigne”. Pelo contexto, a vaidade e a prepotência das autoridades da vila nos encaminham para a segunda acepção. Como recurso argumentativo, Deus e o diabo são chamados à discussão pelos adjetivos “Divina” e “diabólica”.

Outra insigne figura da vila é o mestre-de-campo José Estevão Borges Lustosa, a quem cabe, na ação narrativa, zelar pela manutenção da ordem militar da região. O nível de competência linguística que recobre a personagem é consequência da diversidade de conhecimentos adquiridos em sua formação militar, como nos descreve o narrador:

Mas não, a intelecção militar não limita seus horizontes às meras táticas de combate. O verdadeiro intelecto militar apreende, como os grandes capitães da antiguidade, toda sorte de conhecimento, das artes políticas à grande filosofia (FIP, p.169).

Assim, ficam justificados os arroubos retóricos praticados toda vez que a personagem é instada a falar por força da posição que ocupa na hierarquia administrativa da ilha. A prodigalidade do orador é marcada por adjetivos que exacerbam semanticamente o discurso proferido, devidamente “registrado em ata, em papel escrupulosamente rubricado por todos os presentes” (FIP, p.61):

Como primeiro registro, ditou uma breve história da ilha do Pavão e alinhavou algumas palavras em anástrofes graciosamente torneadas, assíndetos arrebatados, aliterações extasiantes e demais recursos que a língua provê os que a defendem da mesma forma intransigente com que guarnecem o torrão natal, sobre o heroísmo de seus ancestrais, concluindo com algumas estrofes de sua lavra (FIP, p.61).

Nessa passagem, João Ubaldo cede à personagem os substantivos abstratos “intelecção” e “intelecto” para ressaltar o engenho dos grandes militares da antiguidade a quem Borges Lustosa indiretamente se compara, embora, mais adiante, todo esse engenho seja acabrunhadamente derrotado pela esperteza de Balduino Galo Mau na batalha do Borra-Botas.

O cuidado com a construção das expressões bimembres é denotado na escolha dos adjetivos que acompanham as figuras de estilo: “torneadas”, “extasiantes” e “arrebatados” sugerindo ao leitor se tratar de adjetivos com significados específicos em relação a cada um dos substantivos, mas que podem permutar sem que a troca afete significativamente o valor denotativo da passagem, ou ainda, um só deles serviria como qualificador único dos três substantivos. O emprego da sinonímia, no entanto, conota o talento do orador Borges Lustosa na exploração dos recursos expressivos da língua pátria, a impetuosidade de seu temperamento e ainda um bom repertório vocabular. O domínio da língua culta e as relações de poder mais uma vez caminham juntos sob o olhar crítico do narrador. O competente orador fala, dita, expõe, mas não escreve. Falar é fácil, escrever é que são elas, diz o ditado popular, e o narrador não deixa o descompasso entre fala e escrita passar em branco, ridicularizando os excessos da personagem:

Para encerrar os trabalhos, o mestre-de-campo levantou-se e, com a ajuda de uma grande lousa em que não escrevia nada, mas sublinhava o que falava com círculos e traços enérgicos, expôs primeiramente o que os mais sábios, estudiosos, cronistas e navegantes concordavam ser a verdade sobre os selvagens (FIP, p. 62).

Também aos olhos do Lobo de São João, os índios não gozam de boa reputação e a escolha de substantivos e adjetivos a referenciá-los denota isso. Entre outras atitudes menos valorativas, os índios são “selvagens” que ostentam “espantosa indolência”, têm “pouca indústria”, apropriam-se de “bens alheios” e sua natureza é “traioeira, ardilosa, velhaca e mentirosa”. Nessa última série adjetiva também os significados se tangenciam, mas a sequência estabelece uma gradação enfática quanto à não credibilidade nos índios.

Um recurso muito empregado por João Ubaldo é o uso de palavras pertencentes a um campo léxico-semântico na maioria das vezes ligado a uma determinada atividade. Assim, ao organizar a viagem de navio da comitiva que ia ao encontro do irmão do mestre-de-campo, Monsenhor Gabriel Fortunato Borges Lustosa, ou ao tratar das viagens feitas no passado por Capitão Cavalo, cuida o escritor em apresentar vocábulos que, nos dicionários, recebem a rubrica “termo de marinha” tais como “vaso de guerra”, “ensecar”, “proejar”, “afocinhar”, “batel”, “nau”, “piloto”, “tripulação”, “frota”, “fundear”, “deitar ferro”, “comboio”, “mareação”, “arribar”, “embarcação”, “brigue” etc.

Em outra passagem da narrativa, Borges Lustosa tenta sensibilizar o representante eclesiástico a interferir na desorganização da Vila de São João. A intenção discursiva é convencer um interlocutor que, além de dominar a norma culta, ainda tem qualidades oratórias inerentes à sua formação e necessárias à função que exerce. Por isso, a seleção vocabular imprimirá sentidos exagerados não só pelo emprego de recursos já apontados, mas também pela escolha de palavras como “anarquia”, “olocracia” e “dulocracia”. Dada a opacidade dessas palavras eruditas de origem grega, o escritor preocupa-se em facilitar a compreensão do leitor, definindo-as por meio de metalinguagem. “Gentalha”, um italianismo, exacerba o sentido pejorativo atribuído ao elemento servil, assim como “barbaria”. Outras palavras denotam o cuidado com o vocabulário: “ombream-se”, “inata”, além dos termos jurídicos “ordenações” (“corpos de leis que vigoravam em Portugal e no Brasil, no período colonial e imperial”) e “editos”(qualquer preceito legal):

Ouviu, então [...], a espantosa descrição do estado a que chegara a ilha do Pavão, praticamente uma olocracia independente, às vésperas da anarquia, onde não tinham vigência, ou mesmo desconheciam, os editos e ordenações da Coroa, nem as regras da Igreja, onde, o elemento servil já praticamente não existia, onde, se se dissera

olocracia, governo do vulgo e da gentalha, melhor se dissera dulocracia, governo dos escravos, pois que se ombreiam com seus senhores comprando propriedades, comerciando, vestindo-se como brancos, tanto negras quanto negros; onde os selvagens a nada obedeciam e exerciam sua barbaria nas vilas ou onde quer que lhes apetecesse, tal comprovando a batalha da Sedição Silvícola, vencida em condições adversíssimas e graças à bravura inata dos assavissojoemapaenses (FIP, p.189).

Como altíssima instância de poder, o mestre-de-campo recorre à Santa Madre Igreja para ajudar na expulsão dos índios e restabelecer a ordem social e moral da vila. O escritor põe em cena Monsenhor Gabriel Fortunato Borges Lustosa, “homem da mais estreita confiança e conviência junto ao bispo da Bahia “(FIP, p.169), isso porque

[...] os seis padres de que dispunham já de muito se haviam se afeito aos costumes da terra e todos eles, reconheça-se a verdade por todos já sabida, mantinham raparigas e se entregavam a práticas muito pouco probas. O mesmo podia ser dito de frades e freiras em geral, não havia ponto em que não se envergonhasse a Assinalada Vila de São João (FIP, p.170).

Os motivos do pedido de ajuda justificavam que se instalasse na vila a Mesa de Visitação, e a seleção vocabular prima pela justeza dos termos específicos para circunscrever a visita oficial. Uma das acepções da palavra “visitação” no DH é “informação recolhida sobre as respectivas igrejas e comunidades pelo visitador de um bispado, a qual ele transmite ao prelado ou outro superior hierárquico” e se enquadra perfeitamente no contexto, pois esse é o objetivo, ou melhor, um dos objetivos da presença da Igreja ali. A partir desse eixo semântico, outras palavras se reúnem para construir o ambiente de terror em que se transforma a vila: “devassa”, (termo jurídico; “*apuração minuciosa de ato criminoso mediante pesquisa e inquirição de testemunhas*”), “visitador” “(que ou aquele que é encarregado de fazer visitas de inspeção (a repartição, instituição religiosa, escola etc.)”, “herege” “(que ou quem professa uma heresia; que ou quem professa doutrina contrária ao que foi estabelecido pela Igreja como dogma; diz-se de ou cristão católico que, de forma tenaz, nega ou põe em dúvida verdades da fé católica), “depor” (termo jurídico) “*declarar ou testemunhar em âmbito jurídico*”), “denunciar” “(atribuir a responsabilidade de (ação criminal ou demeritória) [a alguém ou a si mesmo]”), “excomunhão” (termo religio-

so: “penalidade da Igreja católica que consiste em excluir alguém da totalidade ou de parte dos bens espirituais comuns aos fiéis)”, “expropriação”, um francesismo de base latina, (termo jurídico: “ato de privar o proprietário daquilo que lhe pertence”), Igreja” (Santa Madre, Santa Madre Igreja) “pecado”, “pastoral”, “diocese”, “bispado”. Das palavras relacionadas, registramos as de etimologia grega, adaptadas ao latim: “herege” e “diocese”. Contata-se aqui que o emprego de termos de especialidade ou terminologia é bastante explorado pelo escritor. Outras palavras enriquecem o conjunto de termos ligados à prática religiosa: “edículas”, “nichos”, “oratórios”, “capelas”, “imagens”, “bentinhos”, “medalhas”, “preces”, “celícolas” marcando a oportuna religiosidade dos habitantes da vila.

Os santos são evocados como intercessores junto à Divina Providência para que os pecados transformados em pavores excruciantes sejam perdoados ou esquecidos. Ubaldo seleciona aqueles que, à exceção de São Judas Tadeu, São Pedro e São João de Jerusalém, são “esquecidos ou ignorantemente desprestigiados, mas revelam, ao serem despertados do imerecido olvido, invulgar desempenho na solução das causas em que sua intervenção lhes é suplicada” (FIP, p.246): Santo Anascário, São Remberto, Santo Elói, Santa Brígida, Santa Godeliva, Santa Batilda, São Julião Hospitaleiro, São Nicéforo, Santa Agatonice, por exemplo. A excêntrica lista dá o tom de humor para criticar a falsa ou superficial religiosidade daqueles seguidores, só evocada nos momentos de desespero.

Se em levantamentos anteriores encontramos a referência à língua latina pela alusão aos clássicos, aqui ela se apresenta concreta nos enunciados construídos em “língua original” toda vez que Monsenhor Gabriel Fortunato se exalta diante das informações prestadas por seu irmão sobre as irregularidades da vila, deixando patente sua erudição e marcando inequivocamente o lugar de onde fala:

- *O tempora, o mores!* _ disse Monsenhor, levantando-se da cadeira de braços onde terminara por derrear-se, sob o peso da exposição de tanta impudência. Sim, faz-se urgente, mais que urgente, faz-se premente que essa providência seja tomada! O mal está sendo feito, mas será cortado pela raiz. *Oderunt peccare maré mali formidine pænæ.* O castigo corrigirá essas faltas terrificantes. Só me admira que Vossas Mercês somente agora tenham achado por bem recorrer à autoridade da Igreja. Havíeis que tê-lo feito antes, quando tanta

nequícia ainda não fora cometida, tardaste muito, tardaste quase ao ponto da cumplicidade (FIP, p.189-0).

Mas nem só de “latins de padres” é marcado o vocabulário do Monsenhor. Para construir a imagem inatacável dos representantes religiosos, foram empregados termos pertinentes ao uso culto da língua, ditos ou pensados por ele diretamente, tais como “impudência”, “terrificantes”, “nequícia”, “escrutínio” ou intermediado pela voz narradora, tais como “austeridade”, “gradas”, “inatacabilidade”, “provação”, “ilícitos”, “ímpios”, “imputáveis”, “pronunciações”, “denúncias formais”, “contribuição pecuniária”, “expição dos pecados”, como se vê no excerto a seguir:

Já conheciam a postura pública imprescindível aos visitantes _ austeridade, inatacabilidade acima de qualquer provação. Nenhuma intimidade com quem quer que fosse, mesmo com pessoas gradas que constituíram a comitiva do Santa Cruz e as muitas outras que viviam na ilha. Os Visitadores representavam a diocese, a diocese não, a própria igreja e peso maior e edificante cai bem a bem poucas espáduas. Obtivessem de seu irmão a relação de cidadãos que seriam chamados a responder aos tradicionais quarenta quesitos, sobre os atos ilícitos e ímpios cometidos pelos outros. Conforme observassem a conduta do povo, acrescentassem mais quesitos que pudessem ampliar o leque dos atos imputáveis e assim favorecer a que mais gente fosse denunciada. Cuidassem que não deixasse de haver um bom número de pronunciações, denúncias formais a serem julgadas pela diocese, mas nunca de gente que adiantasse sua contribuição pecuniária para expiação dos pecados (FIP, p.203).

Ao fim do trecho, de forma polida, ou politicamente correta, o narrador apresenta, por meio de metalinguagem muito bem construída quanto à seleção lexical, um dos grandes males que comprometem o comportamento das pessoas públicas da ilha, a corrupção, jogando com os sentidos dos sintagmas “contribuição pecuniária” e “expição dos pecados”. Para o monsenhor, o dinheiro (pecúnia) redime (expia) o pecado humano.

As ilicitudes, porém, não estão só nas ações do populacho. Dentre os atos irregulares e ímpios acontecidos na vila, foram denunciadas à Mesa Visitadora certas práticas sexuais impingidas pelo comandante Borges Lustosa aos milicianos Cosme e Domitilo. As formalidades exigidas pela sindicância faz o Visitador empregar um vocabulário téc-

nico para descrever objetivamente aquilo que desejava fosse confirmado ou não pelo miliciano Domitilo:

Contou que, por denúncia partida não sabia onde, o Visitador lhe perguntara se era fato que seu vaso traseiro era assiduamente usado como se fora vaso dianteiro de mulher (FIP, p. 254)

Proseguindo o interrogatório, trocando o interesse público pelo privado, deixando de lado o papel oficial que cumpria, monsenhor parece desviar-se dos objetivos primeiros, expondo a face escusa do comportamento do religioso pela substituição de “usar vaso traseiro como se fora vaso dianteiro” pela forma verbal “enrabar”, ao pedir detalhes sobre o fato:

[...]ordenou que a história fosse repetida, sempre com exigência de pormenores, chegando mesmo a indagar se o mestre-de-campo os enrabava metido em seu uniforme de campanha (FIP, p.255).

Mudou a intenção, mudou o vocabulário. No DH, a forma verbal “enrabar” não é considerada palavra chula ou tabuísmo. Já no Novo Aurélio (1999) aparece essa rubrica. Além do verbo, a exigência de pormenores e a repetição da história prenunciam que, além de mestre Borges Lustosa, alguém mais apreciava aquela prática sexual.

Capitão Cavallo é outra figura importante, senão a mais importante da ilha, que se distancia, porém, das demais pela ideologia que rege seus atos e conduz seus pensamentos em relação à vida local. Dão Baltazar Nuno Feitosa começou a promover as mudanças que tanto incomodavam aos representantes da Corte depois que a esposa, Dona Joana Maria, em seu leito de morte, fez com que ele enxergasse as injustiças que aconteciam por lá. As viagens que empreendeu como aventureiro, pirata e contrabandista quando mais moço, além de fortuna herdada da família, lhe deram oportunidade de aprender muitas coisas. O domínio de conhecimentos e experiências várias justificam o uso da norma culta da língua nas situações em que tal comportamento linguístico é exigido. Seu périplo pela costa oriental da África é marcado pelo emprego de topônimos que evocam aquelas terras, pormenorizando os lugares por onde passou e de onde veio. (FIP, p.145)

O que se diz é que, filho de pai muito rico, tornou-se aventureiro, pirata e contrabandista, metendo-se em guerras, corsos e conquistas a conta própria, pela costa ocidental da África, mas desfraldando sempre o gonfalon lusitano onde quer que estivesse e que praça ocupasse. E assim fez frota e fortuna pela Zambézia acima e abaixo,

por Sena e Quelimane, na feira de Dambare, em Zumbo, na mina Jumbo e nas ilhas Querimbas, às vezes navegando pelas lonjuras do Timor (FIP, p.145).

João Ubaldo faz da figura de Capitão Cavalo uma personagem perfeitamente adaptada à vida da ilha e ao seu povo, embora tivesse ela suas raízes na metrópole portuguesa. Para ele, fora da ilha só havia miséria e iniquidade e, em nome do livre arbítrio a que cada ser humano tem direito, se nega a ser autoridade pública, instrumento de despotismo, diferentemente de outras personagens “insignes” da ilha. Segundo Bernd (2001, p.115-6) João Ubaldo desenha um projeto ideal de sociedade em que “o senhor branco alforria seus escravos que por sua vez vivem em harmonia com os índios”, concretizando no mundo ficcional a proposta de aceitação do múltiplo sem qualquer pretensão à hierarquização das culturas nem ao apagamento de uma pela outra.

No romance, suas ações refletem ponderação, tal qual a linguagem que usa nas situações comunicativas. O vocabulário que marca suas falas é percebido como culto, preciso, equilibrado como suas atitudes, sem palavras que tragam maior embargo à compreensão de quem o ouve. Em seu discurso não há exageros hiperbólicos, verborragia, anteposições de adjetivos como os recursos de realce que marcam o discurso de Moniz Andrade ou de Borges Lustosa, mas nem por isso deixa de ser um uso culto da língua, como se percebe, quando Capitão Cavalo responde à legação constante no memorial:

– Como dizia – prosseguiu o capitão, agradeço-vos pelas palavras generosas, mas temo que minha resposta não vos agrade. Por graciosa dação real, me foi concedida esta sesmaria, mas disso não me aproveito para contestar direitos dos que aqui estavam. Ocupei somente terras sem cultivo, nunca quis ser dono supremo da ilha do Pavão, que para mim deve ser de todos os que nela vivem e labutam. Já por aí bem vedes que minha ambição está longe de ser desmesurada. Quanto aos índios, não sei por que não terão o direito de entrar e viver nas vilas, pois que se encontravam aqui antes de qualquer um de nós e a terra também é deles, antes mais deles do que nossa. Se têm seus costumes, também temos os nossos e, se queremos os nossos respeitados, respeitamos os dos outros.[...] Vejo essa ilha livre, com todos misturados e podendo levar as vidas que desejarem, sem as intrigas, as misérias, as guerras os morticínios, as perseguições e as maldades que tanto já testemunhei pelo mundo afora (FIP, p.156-7).

São exemplos de escolha lexical “morticínio” em lugar de “mortandade”, “labutar” no de “trabalhar”, todos dicionarizados. Em relação ao segundo par de palavras, as acepções de “labutar” acrescentam ao traço semântico “trabalhar” a idéia de esforço, perseverança. A substituição de uma pela outra naquele contexto traria um certo esvaziamento expressivo ao texto. “Dação”, segundo DH, é um diacronismo e em NA, além de diacronismo, há a rubrica de termo jurídico com a acepção “entrega de uma coisa em pagamento de outra que se devia”.

O fato de termos trazido a esta parte da pesquisa o mestre- escola, o mestre-de-campo, Monsenhor Gabriel, Capitão Cavalo não significa dizer que outras personagens como Hans Flussufer, ou Ana Carocha, a Degredada, não demonstrem em suas falas o uso culto da língua. Apenas estabelecemos como critério de escolha o fato de serem aquelas alvos da pena do escritor para exercer sua análise crítica sobre as elites dominantes, das quais Capitão Cavalo se apresenta como ponto de equilíbrio. Também não significa que não poderão ser convidadas a participar quando abordarmos outros tipos de registro. As situações de uso chancelarão o convite, mas esta é uma outra etapa do estudo do vocabulário de João Ubaldo Ribeiro.

ABSTRACT

This paper studies the use of formal vocabulary as a stylistic feature in João Ubaldo Ribeiro's novel *O feitiço da ilha do pavão* (1997). It focuses on nouns, adjectives and verbs used in the construction of the characters' and the narrator's several voices, specially seeking to stress terms which may represent traditions of the language through the repertoire selected by the author.

KEYWORDS: Portuguese language; lexicon ; vocabulary selection; style; discours.

REFERÊNCIAS

- BERND, Z.; ÚTEZA, F. *O caminho do meio: uma leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2001.
- BORBA, F. *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2004.
- DA CAL, E. G. *Língua e estilo de Eça de Queiroz*. Coimbra: Almedina, 1981.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREYRE, G. *Casa-grande et senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal*. 25ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001(versão eletrônica).
- MARTINS, N. S. *Introdução à estilística*. 3 ed. rev. e aum. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
- RIBEIRO, J. U. *O feitiço da ilha do Pavão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997

Recebido em: 30/03/2011

Aprovado em: 15/06/2011